

Discursos sobre o ensino remoto em editoriais de jornais brasileiros de referência

Discourses on Distance Education in editorials of leading Brazilian newspapers

Francisco Vieira da Silva¹

Resumo: O artigo analisa discursos sobre o ensino remoto em editoriais de jornais brasileiros de referência. Busca-se, de modo particular, investigar que relações de saber-poder amparam esses discursos e como os posicionamentos discursivos presentes nesses textos delineiam os interesses políticos do órgão de imprensa que os veicula. O aporte teórico advém das teorizações de Michel Foucault acerca do discurso, do enunciado, do saber, do poder e da verdade. Sobre a metodologia, trata-se de um estudo descritivo-interpretativo de abordagem qualitativa. O *corpus* é formado por três editoriais publicados nos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e Zero Hora, no segundo semestre de 2021. As análises apontam que o ensino remoto é discursivamente constituído como uma modalidade fracassada e as consequências disso geram impactos negativos na economia, principal preocupação dos veículos de imprensa estudados.

Palavras-chave: Discurso. Ensino remoto. Editorial. Jornalismo.

Abstract: The article analyzes discourses about distance education in editorials of leading Brazilian newspapers. In particular, it seeks to investigate what knowledge-power relations support these discourses and how the discursive positions in these texts outline the political interests of the press organization that publishes them. The theoretical contribution comes from Michel Foucault's theories about discourse, enunciation, knowledge, power, and truth. As for the methodology, this is a descriptive-interpretative study with a qualitative approach. The corpus comprises three editorials published in newspapers Folha de S. Paulo, O Globo, and Zero Hora, in the second semester of 2021. The analyses point out that remote learning is discursively constituted as a failed modality and the consequences of this generate negative impacts on the economy, which is the main concern of the news organizations studied.

Keywords: Discourse. Distance education. Editorial. Journalism.

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisa temáticas relacionadas à Análise do Discurso na interface com o campo da Educação e do Ensino. Docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

Introdução

Desde março de 2021, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o estado de pandemia de Covid-19, medidas de distanciamento social foram empreendidas em diversos países do globo, com vistas a conter a rápida disseminação do novo coronavírus (Sars-CoV-2) e, assim, evitar o iminente colapso nos sistemas de atendimento à saúde. Dentre essas medidas, interessamos, mais de perto, o fechamento das escolas brasileiras e a suspensão das atividades didáticas presenciais. Sobre isso, convém pontuar que todos os estados da federação editaram decretos e outros instrumentos legais que previam a imediata interrupção das aulas presenciais e a reorganização do calendário escolar diante da crise de saúde pública então instaurada.

Conforme o Parecer nº 5/2020 do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP), homologado em 28 de abril de 2021, ficou instituída a possibilidade de computar as atividades não presenciais (mediadas ou não por meio de tecnologias digitais) com vistas ao cumprimento da carga horária mínima anual. Como corolário, emerge o chamado ensino remoto ou ensino remoto emergencial como uma modalidade emoldurada frente à necessidade de dar prosseguimento ao ensino e à aprendizagem dos alunos, em todos os níveis educacionais, diante do cenário pandêmico. Uma vez que inexistiu uma política educacional ampla e coordenada por parte do governo federal, os estados e municípios se mobilizaram no sentido de tentar garantir o direito à educação sob as mais diferentes maneiras, desde o uso de tecnologias digitais, da entrega de apostilas impressas até o emprego de outros recursos como as redes de televisão educacionais públicas. Revelando as desigualdades educacionais já existentes, vimos que a rede privada rapidamente se adaptou à nova realidade que se desenhava, enquanto o setor público demorou muito mais tempo para ofertar o ensino remoto, em razão das diferentes especificidades regionais, econômicas, sociais e culturais. Conforme um estudo realizado pela TIC Educação 2019, reportado pelo portal G1, cerca de 40% dos alunos das escolas públicas não tinham acesso à internet, ao passo que na rede privada esse índice representava 9% dos discentes matriculados (OLIVEIRA, 2020). Tais dados revelam, pois, as dificuldades encontradas para assegurar o ensino e a aprendizagem dos alunos brasileiros no cenário da pandemia e o agravamento da evasão, da exclusão educacional e dos diversos danos causados no rendimento dos escolares. Para

corroborar a presente argumentação, mencionamos uma reportagem publicada em julho de 2021, na edição digital do jornal O Globo, segundo a qual aproximadamente 2 milhões de alunos de escolas rurais não tiveram acesso ao ensino remoto no decorrer do ano letivo de 2020 (ALFANO, 2021). Certamente os discentes das zonas urbanas também ficaram desassistidos; entretanto, os alunos do campo sentiram mais os efeitos da suspensão das aulas presenciais, tendo em vista a dificuldade de acesso em relação à cobertura da *internet* em regiões mais distantes dos centros urbanos.

Ainda que, no decorrer do segundo semestre de 2021, quando finalizamos este texto, uma quantidade expressiva de escolas por todo o país tenha voltado ao ensino presencial ou à modalidade híbrida, em que parte das aulas ocorre no formato presencial e outro no modo remoto, os efeitos da paralisação das aulas do ano anterior e no primeiro semestre deste ano ainda são inestimáveis. De acordo com Almeida (2021), é preciso estabelecer os limites e as fronteiras da modalidade remota emergencial de outros formatos que partilham da ausência da presença física. Nessa ótica, não se deve confundir o ensino remoto com a Educação a Distância (EaD), pois esta é uma modalidade reconhecida pelas regulamentações educacionais brasileiras, possui diretrizes específicas, formas particulares de mediação pedagógica, de controle de atividades e de avaliação. Como o ensino remoto irrompe num contexto de uma abrupta excepcionalidade, há de se considerar que não foram levadas em conta as diversas singularidades dos discentes, as condições objetivas e subjetivas de trabalho dos docentes e o acompanhamento das famílias (FERGET *et al.*, 2020; LUNARDI *et al.*, 2021).

Todas essas questões foram objeto de uma intensa proliferação de discursos acerca do ensino remoto em variadas instâncias das mídias digitais, impressas e/ou audiovisuais. Publicações em redes sociais, vídeos instrucionais, propagandas de empresas de assessoramento e consultoria pedagógica, materialidades produzidas pelas secretarias de educação e redes públicas e privadas de ensino, instrumentos normativos, artigos científicos, reportagens em jornais, revistas e *blogs*, dentre outros gêneros, escrutinaram o ensino remoto, mostrando os seus limites, as contradições, os desafios e as perspectivas do cenário pandêmico no esteio da educação. Neste estudo, o foco reside sobre o exame de materialidades discursivas produzidas no campo jornalístico, mais especificamente no gênero editorial. Especificamente, interessa-nos analisar como o editorial discursiviza o ensino remoto e, ao fazê-lo, ampara-se em certas de relações de saber e poder, bem como delinea interesses e escolhas políticas acerca da educação. A escolha por este gênero e não outro ocorre porque se trata

de uma prática a partir da qual a instância jornalística expressa o seu ponto de vista acerca de uma dada problemática, valendo-se de estratégias argumentativas e modos de persuasão. Conforme Mendes e Mendonça (2021), o editorial coloca em relevo a opinião institucional e coletiva do jornal sobre temas considerados importantes que podem, inclusive, aparecer noutros textos jornalísticos como a notícia, a reportagem, a charge, o cartum, o artigo de opinião, dentre outros.

Observando o propósito comunicativo do editorial frente ao público leitor, selecionamos três textos que circularam em jornais de circulação nacional e podem ser concebidos como veículos de imprensa de referência, especialmente a partir de dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), num comparativo realizado entre 2020 e 2021. Segundo tal órgão, os jornais Folha de S. Paulo (SP), O Globo (RJ) e Zero Hora (RS), cujos editoriais serão aqui examinados, figuram entre os dez principais periódicos diários de circulação no país.

Para fundamentar as análises, tomamos como aporte teórico as formulações de Michel Foucault acerca do discurso, do enunciado, do saber, do poder e da verdade. Julgamos conveniente apontar que esse autor francês constituiu um arcabouço conceitual por meio do qual é possível ponderar sobre diferentes práticas e fenômenos que não foram abordadas pelas investigações foucaultianas. Segundo esse pensador, é possível, a partir da problematização dos diversos saberes, poderes e formas de governo e de subjetividade existentes, realizar uma espécie de diagnóstico do presente a mostrar o que estamos nos tornando no devir da história. Essa crítica parte sempre das condições históricas de possibilidade responsáveis por fazer irromper certos discursos e não outros, num dado tempo e lugar, tendo em vista o funcionamento de uma ética e de uma política. No campo da pesquisa em educação, conforme destaca Resende (2021, p. 15), essa política diz respeito à tomada de posição, “[...] ao lugar que se ocupa ou se pretende ocupar, política vista como defesa de interesses na disputa de saberes, na instituição de discursos”. Disso podemos indagar: como emergem determinados discursos acerca do ensino remoto em editoriais de três jornais de referência brasileiros? Que relações de saber-poder balizam tais discursos? Como os posicionamentos discursivos presentes nesses textos delineiam o ponto de vista e os interesses políticos dos veículos de imprensa acerca da problemática do ensino remoto?

Com o intento de responder a essas inquietações, o plano de texto desta pesquisa encontra-se organizado do seguinte modo: na seção a seguir, traremos

os principais conceitos da teoria foucaultiana que são importantes para a análise do objeto de estudo; posteriormente, aparece a seção da metodologia, na qual explicamos o processo de coleta e de organização do *corpus*; seguidamente, analisamos os editoriais dos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e Zero Hora, com base nas noções discutidas na seção teórica e, por fim, a conclusão propõe-se a retomar os principais achados da pesquisa.

Sobre algumas noções foucaultianas

Uma obra seminal para compreender os conceitos-chave da teoria de Foucault é *Arqueologia do Saber*. Publicada originalmente em 1969, este livro faz uma importante retomada de obras anteriormente publicadas pelo pensador francês e estabelece, por assim dizer, uma metodologia de análise dos discursos sob o prisma da arqueologia. Segundo Foucault (2010), o exercício arqueológico preconiza a suspensão de noções como continuidade, obra, origem e tradição, bem como recusa a uma concepção de sujeito antropológico, transcendental e humanista. Inspirando-se na visão de Nietzsche, as teorizações foucaultianas buscaram analisar as diferentes camadas por que se formam os saberes na composição dos discursos como práticas eminentemente históricas e políticas. Segundo a leitura de Ribas (2021), o sujeito transcendental garantia ao discurso filosófico um poder de verdade a qual é relativizada quando se politizam os saberes e se decide tratar das regras discursivas por meio das quais a verdade se constitui como um problema político. É justamente isso que Foucault empreendeu em pesquisas anteriores, quando se debruçou sobre a história da loucura, do saber médico e de outras práticas que objetivaram o homem, como a biologia, a linguagem e o trabalho.

No cerne da arqueologia, o conceito de discurso é fundamental. Segundo Foucault (2010), essa noção constitui uma prática a emoldurar os objetos de que fala. Profundamente marcado pela história, o discurso emerge como um acontecimento singular e raro, porquanto se situa no interior das coisas efetivamente ditas e sob condições de possibilidade estritas. Ainda de acordo com Foucault (2010), o discurso compõe-se de unidades menores denominadas enunciados, os quais se conectam a uma determinada formação discursiva.

Ao delimitar o enunciado, os apontamentos de Foucault (2010) operam por meio do emprego exaustivo de negativas. Noutros termos, o autor parte do que o enunciado não é, para, em seguida, dizer de que trata tal noção. Diferentemente da unidade frasal, o enunciado não se restringe aos limites

gramaticais e aos ditames de uma estrutura linguística canônica; de modo contrário à proposição, o enunciado não pode ser examinado pelo prisma da lógica em que opera o binômio verdadeiro e o falso; diametralmente oposto aos atos de fala ou atos de linguagem, o enunciado se afasta de uma busca pelas intenções do sujeito enunciador, bem como da necessidade de observar se o dito foi efetivamente eficaz no seu intento performativo. Assim, o enunciado se distingue dessas noções, porque se forma por meio de outras condições de existência, as quais estão atreladas ao signo. Dito de outro modo, o enunciado constitui o grão, o átomo do discurso, a unidade mínima de análise. Trata-se, conforme Foucault (2010, p. 98), de uma função enunciativa “[...] que cruza um domínio de estruturas e unidades possíveis e que faça com que apareçam conteúdos concretos, no tempo e no espaço”.

Para Foucault (2010), essa função comporta algumas propriedades, a saber: a) referencial – recorta as leis de possibilidades responsáveis pela irrupção do enunciado; b) posição de sujeito – diz respeito a um posicionamento a ser assumido no enunciado, diferindo-se do sujeito gramatical, do autor ou do sujeito empírico; c) domínio associado – refere-se ao conjunto de já-ditos e por dizer com o qual o enunciado se relaciona por meio de uma memória; d) materialidade repetível – o enunciado necessita de um lugar, um suporte, uma substância, uma data e uma instância autoral para poder ser reconhecido como tal. Como afirmamos antes, uma série de enunciados engloba uma formação discursiva. Esta pode ser concebida como um bloco de regularidades discursivas, assinalado por certas escolhas temáticas, objetos, conceitos e estratégias que podem ser flagradas num regime de dispersão. Quando pensamos no objeto de estudo deste artigo, podemos ponderar que o editorial, ao expressar o posicionamento do jornal acerca do ensino remoto, está vinculado ao funcionamento de uma dada formação discursiva, a determinar o modo como os discursos são formulados.

Outro conceito fulcral da análise foucaultiana corresponde ao saber. Nesse enquadre teórico, o saber não é relativo ao conhecimento, mas engloba aquilo que pode ser enunciado no âmbito de certa prática discursiva. De modo mais específico, é possível pontuar que o saber constrói-se sob a ordem das posições, de determinados modos de emoldurar certos objetos no esteio de regimes de verdade, sempre numa conexão com as relações de poder e com os discursos. Segundo Foucault (1999), toda relação de poder se apoia num efeito de saber e o inverso é igualmente válido. Porém, torna-se conveniente delinear que o poder se distancia de uma perspectiva totalizadora. Não se trata de pensar como algo a

ser possuído, destituído ou tomado, senão como relações amorfas e espalhadas por todo o corpo social. No vocabulário foucaultiano, emprega-se o termo microfísica, a fim de designar o caráter capilar e múltiplo das relações de poder. Sendo o poder microfísico, inerente às relações humanas, não se pode localizá-lo num ponto específico, como o governo, a economia e o Estado, conforme apregoam outras concepções de análise do poder, tais como as teorias contratualistas e o marxismo. Para a analítica de Foucault (1995), o poder atua numa relação entre parceiros, dando margem para resistências, revoltas e sublevações.

Ademais, as relações de poder funcionam por meio de regimes de verdade, compreendidos por Foucault (2008a) como formas de racionalidades históricas que permitem operar um corte entre o verdadeiro e o falso numa dada época. A verdade é deste mundo, lembra Foucault (2008a). Quer dizer, não se trata de uma abstração filosófica e intangível, mas de uma instância ordenada no interior de uma grade de inteligibilidade específica, de acordo com uma política da verdade engendrada através de técnicas e procedimentos valorizados para a obtenção da verdade e de sujeitos que são autorizados para enunciar o verdadeiro de uma época. Na voz de Foucault (2008a, p. 12): “O importante, creio eu, é que a verdade não existe fora do poder ou sem o poder [...]”. Na constituição do gênero editorial, foco deste estudo, entram em jogo diferentes interesses concernentes a um certo regime de verdade por meio do qual se pode enunciar de um certo modo e não de outro. Segundo Bessa e Oliveira (2019), o editorial como atividade comunicativa encontra-se a serviço dos interesses dos grupos econômicos e mantenedores dos veículos de imprensa que o publica, distanciando-se, assim, de uma preocupação com o bem comum.

Metodologia

Como esta pesquisa se inscreve na perspectiva investigativa de Foucault, o viés metodológico que a caracteriza é do tipo descritivo-interpretativo, pois investigamos os editoriais a partir de um processo de descrição e de interpretação dos discursos que neles circulam acerca do ensino remoto. Trata-se, também, de uma perspectiva qualitativa, dado que nos interessa pensar na dimensão do fenômeno estudado, sem apelar para dados numéricos, estatísticos, variáveis e experimentais. Além disso, seguindo os direcionamentos de Moreira (2011), o interesse central da pesquisa qualitativa é compreender os significados sociais no processo de elucidação e exposição empreendido pelo pesquisador.

Os jornais em que os editoriais circulam, conforme mencionados noutro momento, são a Folha de S. Paulo, O Globo e Zero Hora. O primeiro é sediado na cidade de São Paulo e, de acordo com o IVC, é o maior jornal em circulação do país. Foi fundado nos anos de 1920. Atualmente, Luiz Frias, banqueiro e empresário brasileiro, preside o jornal. No *site* dessa gazeta, lemos que o jornal integra o Grupo Folha, um conglomerado de mídias formado pelo Instituto Datafolha, a agência de notícias FolhaPress, o parque gráfico CTG-F, a empresa de logística Transfolha, dentre outras ramificações (FOLHA DE S. PAULO, 2021, s.p.). Já o jornal O Globo, sediado no Rio de Janeiro, foi fundado por Irineu Marinho nos anos 20 do século passado e integra o Grupo Globo, outro importante conglomerado midiático, o maior do país e da América Latina, que reúne emissoras de TV aberta e por assinatura, rádios, gravadora e editora. O Jornal Zero Hora, de Porto Alegre, foi criado nos anos de 1960 e pertence ao Grupo RBS (Rede Brasil Sul), corporação composta por emissoras de televisão, de rádio, jornais impressos e conteúdos na *web*.

Os editoriais foram selecionados na versão *on-line* dos jornais no segundo semestre do ano de 2021, mais precisamente entre os meses de julho e agosto. No processo de coleta do *corpus*, seguimos os seguintes passos: a) acessamos o *site* dos jornais; b) fizemos uma busca nas seções de opinião e noutras em que pudéssemos encontrar o posicionamento expresso do veículo de comunicação; c) utilizamos as opções de pesquisa com o descritor “ensino remoto” e chegamos à quantidade de um editorial acerca desse tema em cada um dos três jornais pesquisados. Tendo em vista que o contexto da pandemia no segundo semestre de 2021 estava sendo marcado pela redução expressiva no número de casos e de mortes, em razão, especialmente, do aumento no quantitativo de pessoas vacinadas (TAVAREZ, 2021), os três editoriais são assinalados por uma mesma regularidade temática: a necessidade do retorno ao ensino presencial nas escolas brasileiras. Conforme veremos na seção a seguir, os editoriais buscam defender a premência em garantir a presença dos alunos na escola, como uma forma de dirimir as desigualdades educacionais arrefecidas no decurso do ensino remoto. Nessa toada, o editorial da Folha intitula-se *Aula de desigualdade* e foi publicado em 02 de agosto de 2021, o editorial de O Globo, de 25 de julho de 2020, tem como título *MEC precisa agir para garantir o retorno às aulas presenciais*, e o texto editorialístico de Zero Hora foi nomeado de *Aulas presenciais com segurança* e a data de publicação consta como sendo do dia 06 de julho de 2021.

Para o tratamento dos dados, procedemos assim: a) fizemos uma leitura atenta dos três editoriais; b) recortamos enunciados que, a nosso ver, pareciam

mais representativos na constituição dos discursos sobre o ensino remoto; c) organizamos os enunciados por meio de séries enunciativas, tendo em vista as regularidades apreendidas, e adotamos a seguinte codificação alfanumérica: E01FS (Enunciado 01 do editorial da Folha de S. Paulo), E01OG (Enunciado 01 do editorial de O Globo) e E01ZH (Enunciado 01 de editorial do Jornal Zero Hora) e, assim, sucessivamente.

Análise dos dados

De acordo com o que foi discutido no tópico precedente, organizamos os dizeres dos três editoriais em séries enunciativas, as quais foram delineadas com base em recorrências localizadas no *corpus* coletado. Uma das primeiras regularidades identificadas na materialidade repetível dos editoriais relaciona-se com o caráter de urgência com que deve ser empreendido o retorno presencial, haja vista os prejuízos ocasionados pelo fechamento das escolas na pandemia, fato que nos leva a pensar como no interior da prática editorialística emolduram posicionamentos acerca do ensino remoto. Vejamos a primeira série enunciativa.

O tardio retorno às aulas nas escolas do estado de São Paulo merece todo apoio. Já era tempo de pôr ponto final no abandono a que o alunado esteve relegado durante a pandemia, como se a educação figurasse entre as últimas prioridades do governo e da sociedade (E01FS).

Atesta o fracasso da gestão da educação na pandemia, que impôs ensino remoto a quem não tem meios para recebê-lo. Sem as aulas presenciais, o conhecido abismo social entre os alunos só fez aumentar (E01OG).

Os alunos das escolas públicas foram os que mais tiveram prejuízos na aprendizagem no ano passado. Boa parte vem de famílias humildes, sem acesso a internet de qualidade e equipamentos adequados para as aulas remotas. Especialmente os mais carentes, fora da escola, estão expostos a uma série de riscos, desde a violência à falta de uma alimentação apropriada (E01ZH).

A posição de sujeito que enuncia nos editoriais ancora-se em saberes a denotarem a situação calamitosa dos alunos no contexto do ensino remoto. As escolhas lexicais empreendidas nos textos apontam para esse posicionamento, pois, segundo a Folha, trata-se de um “abandono”; em O Globo, um “fracasso”; no Zero Hora, “prejuízos na aprendizagem”. Esses indícios linguísticos vão sinalizar para a irrupção de um discurso que considera fundamental a volta dos

alunos à modalidade presencial, com o intuito de amenizar os resultados danosos das restrições impostas pela pandemia, dentre elas o abismo social de que fala o editorial de O Globo.

O editorialista da Folha de S. Paulo classifica como “tardio” o retorno às aulas presenciais no estado de São Paulo. Segundo essa posição de sujeito, tal volta já deveria ter ocorrido antes. Isso denota, de acordo com os dizeres do editorial, que a educação figura como uma das últimas “prioridades do governo e da sociedade”. Essa posição ampara-se num regime de verdade segundo o qual a educação constitui um direito que não foi reconhecido como essencial no decorrer das medidas de isolamento social adotadas na pandemia. Urge, portanto, decretar o apoio ao fim do ensino remoto e, com isso, mobilizar relações de poder a gerir as condutas de toda a sociedade. Na construção discursiva de O Globo, lê-se que o ensino remoto foi direcionado a quem não podia corresponder às expectativas, notadamente as famílias desassistidas economicamente e com pouco ou nenhum recurso de acesso às aulas no formato *on-line*. Essa mesma constatação está presente no editorial do Zero Hora, quando acrescenta que o afastamento das escolas gera outros problemas, tais como a vulnerabilidade em relação a situações de violência e à insegurança alimentar, em razão da ausência da merenda escolar. Em uníssono, os três editoriais discursivizam o ensino remoto como uma modalidade que não colaborou para uma aprendizagem eficaz e, em razão disso, é necessário regressar à presencialidade na escola. O gênero editorial, ao expressar a opinião acerca de uma problemática de relevância social dialoga com os leitores que o jornal pretende manter informado, conforme analisam Mendes e Mendonça (2021, p. 116). Para as autoras, “[...] aspectos imbricados à estrutura composicional e ao estilo [funcionam] como forma de detalhar as características do leitor presumido”.

Dando prosseguimento às análises, flagramos outra regularidade discursiva que ocorre, de modo mais arguto, quando os posicionamentos dos editoriais argumentam o tempo em que as escolas brasileiras permaneceram fechadas com a vigência do ensino remoto e o quantitativo de alunos desconectados, em comparação com outros países. Tal constatação é importante na constituição de um modo de enunciar acerca do tema e demonstra o funcionamento de formações discursivas a embasarem a constituição dos editoriais.

O Brasil é um dos países onde os alunos passaram mais tempo em casa (13 meses, enquanto a média mundial é cinco). As perdas não ficam restritas ao ensino. Sabe-se que o afastamento

do convívio social traz sérios problemas psicológicos às crianças, alguns irreversíveis (E02OG).

A desconexão com a escola levou 5,5 milhões de crianças e jovens brasileiros a deixarem de estudar em 2020, mostrou um estudo com participação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) (E02ZH).

A construção do ponto de vista dos editoriais encontra-se assinalada pela recorrência a um saber do campo objetivo, expresso em números e em dados quantitativos. No caso do editorial de *O Globo*, considera-se o tempo considerado elevado de duração do fechamento das escolas, no cotejo com a média mundial. Em *Zero Hora*, mostra-se a taxa de crianças e jovens alijados do direito à educação. Entendemos que os números sublinham efeitos de verdade na consecução dos discursos, especialmente quando se ponderam acerca do processo de convencimento dos leitores sobre o ponto de vista defendido. Em suma, apelar para a duração excessiva do distanciamento das escolas, (*O Globo*) redundaria em levar em conta o número expressivo de alunos que deixaram de estudar no ano de 2020 (*Zero Hora*), pois atesta o malogro do ensino remoto no objetivo de possibilitar o ensino e a aprendizagem. Mais uma vez, os enunciados se conectam e podemos reconhecer aqui o funcionamento do domínio associado, consoante apontado por Foucault (2010). Sob essa noção, pontua-se a existência de uma espécie de rede por meio da qual os enunciados se relacionam, dialogam e conversam.

No editorial da *Folha de S. Paulo*, embora não haja a remissão direta a um dado estatístico, de modo sub-reptício é possível localizar o mesmo posicionamento: “Com raras exceções, redes estaduais e municipais de ensino interromperam aulas em classe por mais de um ano, pondo o país entre os que mais demoraram a retomá-la” (E02FS). Registre-se novamente o efeito de urgência dos posicionamentos emoldurados nos editoriais em dar continuidade à retomada do ensino presencial, mesmo considerando os riscos de contágio pelo vírus causador da Covid-19. Quer dizer, os editoriais, ao atrelarem-se aos interesses políticos de grandes corporações econômicas a financiarem os jornais, advogam em favor do retorno à educação presencial, especialmente porque esta é concebida como parte fundamental na constituição do capital humano (FOUCAULT, 2008b), responsável pela configuração de subjetividades em consonância com as racionalidades neoliberais (DARDOT; LAVAL, 2016; PUELLO-SOCARRÁS, 2010) e empresariais (DALVI, 2021).

Para corroborar essa percepção, os textos buscam mostrar que as condições sanitárias e de convivência com a Covid-19 não devem se constituir como um empecilho para o retorno presencial.

Espaço e equipamentos de alguns colégios públicos podem não ser ideais para receber todos os alunos em classe. Isso, no entanto, é algo a ser resolvido caso a caso, não adiando aulas indefinidamente. (E03FS).

Não há mais tempo a perder. Estados, municípios e governo federal devem aproveitar o início do semestre letivo para retomar as aulas presenciais. Em que pese as diferenças regionais, os números de novos casos, internações e mortes por Covid-19 estão em queda em quase todos os estados. (E03OG).

Estudos já mostraram que crianças representam baixo risco de transmissão da Covid-19 (E03ZH).

A posição do sujeito enunciador nos editoriais busca respaldo em certos saberes para engendrar relações de poder a determinarem a retomada imediata das atividades escolares presenciais e a finalização das aulas *on-line*. Ao proceder desse modo, lançam mão de diferentes estratégias discursivas que comungam para uma mesma percepção e se constituem no sentido de negar possíveis argumentos em defesa da permanência do ensino remoto, a saber: a) ainda que a posição do editorialista da Folha reconheça as deficiências das escolas públicas em acolher a integridade dos alunos em classe, defende o estudo de cada caso e a necessidade de não postergar o retorno; b) no editorial de O Globo, tem-se a remissão aos dados estatísticos de um aparente controle da pandemia no Brasil, haja vista a diminuição no número de novos casos e de mortes em praticamente todo o país; c) genericamente, a posição enunciativa do editorial do jornal Zero Hora pontua que as crianças apresentam um índice considerado baixo de contaminação por Covid-19. Noutros termos, segundo os posicionamentos revelados nos editoriais, inexistem razões para continuar na modalidade remota. Os enunciados em estudo conclamam os sujeitos leitores a coadunarem com esses posicionamentos, para serem também sujeitos desses enunciados, identificando-se com os valores e as atitudes defendidos em tais textos. O caráter opinativo do editorial, ao explicitar um posicionamento institucional (MELO; ASSIS, 2016), busca, sobretudo, construir uma imagem positiva do veículo de imprensa junto ao seu público leitor. A defesa da educação como um valor inestimável corresponde ao anseio em determinar que tipo de *ethos* o jornal se esforça para construir.

Na defesa irrestrita desse valor, vejamos como os editoriais discursivizam os profissionais da educação no decurso da pandemia, especificamente do ensino remoto.

Suscita espanto que profissionais de educação tenham resistido por tanto tempo a retomar o trabalho em classe. Fizeram bem em batalhar por condições de segurança sanitária, mas não resta dúvida de que dedicaram mais empenho aos próprios interesses do que aos direitos de seus pupilos. (E04FS).

Gestores podem alegar tudo, menos que não tiveram tempo para se preparar. Não há razão para que o retorno não seja imediato. Quanto mais o tempo passa, maior é o comprometimento do futuro das crianças. (E04OGL).

O editorial da Folha denuncia que os profissionais da educação estariam mais preocupados com interesses corporativos do que com o retorno à escola, dando a entender uma posição segundo a qual esses profissionais não estariam em atuação no decorrer de todo o ensino remoto emergencial. Nega-se, assim, o labor ininterrupto dos trabalhadores na educação no sentido de enfrentar as mais variadas intempéries, com vistas, a assegurar a aprendizagem, num contexto hostil em todos os sentidos e forma-se identidades negativas para esses profissionais. O editorial de O Globo, por sua vez, joga a responsabilidade da falta de preparação das escolas para o recebimento dos alunos aos gestores das escolas, como se estes fossem os únicos responsáveis por uma intensa rede diretiva que envolve secretarias municipais e estaduais e suas respectivas vicissitudes e burocracias. Por meio de uma construção do tipo causa e efeito, a posição de sujeito dessa materialidade discursiva atrela o comprometimento dos futuros das crianças à duração da permanência do ensino remoto. Os editoriais, ao procederem deste modo, constroem o ensino remoto como um período marcado pela nulidade nas relações entre professor, aluno e gestores, haja vista que a recusa ao ensino presencial seria a comprovação de um desinteresse da classe com o cumprimento do direito à educação.

As acusações desencadeadas pelos editoriais encontram eco num sucessivo processo de silenciamento da voz do professor (CAMPAGNUCCI, 2014) nos debates sobre a educação na mídia corporativa. Por meio de relações de poder mobilizadas por essas instâncias da comunicação, ao docente não é dado o espaço de fala e, quando isso ocorre, o seu discurso é usado para responsabilizá-lo pelas fragilidades do sistema educacional (CARMAGNANI, 2009). Os editoriais em análise colaboram para essa constatação. Assim, em O Globo, quem tem legitimidade para enunciar a respeito do ensino remoto é

Priscila Cruz, presidente executiva do Todos pela Educação, movimento ligado ao terceiro setor e aliado a instituições filantrópicas mantidas por órgãos financeiros. Na visão dela: “No mundo inteiro, o ensino remoto foi uma estratégia de curto ou curtíssimo prazo” (E05OG). Esse comentário reitera a posição adotada no editorial, com vistas a apontar o atraso do Brasil em permanecer sob o regime remoto, quando no restante do mundo ocorreu o oposto. De acordo com Priscila Cruz, como corolário do ensino remoto: “Retrocedemos décadas. Vamos levar muito tempo para recuperar” (E06OG). O diagnóstico de Cruz, matizado por um saber supostamente especializado, é concebido como um efeito de verdade pela posição enunciativa do editorial, visto que se trata de um discurso de autoridade, cujo valor deve ser legitimado pelos sujeitos leitores.

Nos editoriais, vislumbra-se uma preocupação entre o quadro de fracasso do ensino remoto e as consequências maléficas para a economia, conforme esboça a série enunciativa a seguir.

Qualquer pessoa pode intuir, como aliás indicam pesquisas, que os mais prejudicados em formação e qualificação são os alunos mais pobres. O atraso pesará por muito tempo, diminuindo-lhes as já exíguas vias de mobilidade social —e o desvão de oportunidades aumenta até no retorno à escola. (E07FS).

Em um país de grande desigualdade como o Brasil, a volta às aulas na rede pública, com toda a segurança, tem de ser uma prioridade, sob o risco de se aumentar ainda mais o abismo entre ricos e pobres, com reflexos negativos para toda a economia. (E07ZH)

Os editoriais partilham de outra regularidade discursiva: o ensino remoto prejudica o aprendizado e, como extensão, o funcionamento da economia. Na opinião da Folha de S. Paulo, é sabido que os mais pobres são os mais afetados pelo fechamento dos estabelecimentos de ensino (“qualquer pessoa pode intuir” “indicam pesquisas”), de maneira a reduzir as possibilidades de mobilidade social. Intui-se, nesse raciocínio, que a aprendizagem levaria a uma mudança de classe social. Na sociedade do conhecimento, revela Resende (2018), a produção de verdades sobre a educação por toda a vida gera uma estratégia de biorregulação neoliberal. Não é de modo fortuito que o editorial menciona os termos “formação” e “qualificação”, com o fito de se reportar os prejuízos gerados pelo ensino remoto no processo educativo de alunos das classes economicamente vulneráveis. Noutros termos, essa população necessita se aperfeiçoar para ingressar no mercado de trabalho e produzir fluxos de renda.

Os efeitos negativos da modalidade remota, segundo o editorial, prejudicam as “oportunidades”, consideradas exíguas pelo editorialista.

No editorial de Zero Hora, nota-se a constatação de que a demora em retornar ao ensino presencial na escola pública reflete negativamente na economia, pois acentua o quadro de desigualdades sociais já constitutivas da realidade brasileira. Nesse enfoque, a preocupação com a economia parece sobrepujar o interesse pelos impactos do ponto de vista da aprendizagem ocasionados pela pandemia, como se a escola tivesse como único propósito preparar corpos dóceis (FOUCAULT, 1999) para disputar uma vaga no mercado de trabalho. Esse discurso tende a desconsiderar, e é assim que agem os interesses do mercado subjacentes aos editoriais, a escola como um espaço de produção de sujeitos críticos, reflexivos e emancipados.

Conclusão

Este estudo debruçou-se sobre a análise de editoriais publicados em jornais brasileiros de referência, com o intento de investigar que relações de saber-poder perpassam a produção de discursos sobre o ensino remoto e como os jornais imprimem no gênero editorial determinados interesses políticos acerca do debate sobre a educação no advento da pandemia de Covid-19. O exame de três editoriais dos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e Zero Hora demonstrou que os discursos sobre o ensino remoto estão sensivelmente atrelados ao momento vivenciado pela pandemia no segundo semestre de 2021, em que tais textos opinativos foram publicados. Esse momento, por meio da leitura foucaultiana, é compreendido como o referencial do enunciado, isto é, como as leis de possibilidade responsáveis pela singularidade dos dizeres presentes nos editoriais. Tendo em vista a redução expressiva do número de novos casos e de mortes, em virtude da vacinação, os editoriais partilham de uma mesma estratégia discursiva: a defesa do retorno ao ensino presencial e, como consequência, a finalização da modalidade remota. Para subsidiar esse ponto de vista, os posicionamentos discursivos delineados nos editoriais encaminham-se no sentido de apontar as falhas do ensino remoto, de modo a caracterizar a ineficácia dessa medida emergencial adotada na conjuntura de distanciamento social, como forma de conter a disseminação do novo coronavírus.

De modo sumário, foi possível observar que, na materialidade repetível dos editoriais, as posições de sujeito pontilham as seguintes regularidades: a) o atraso do Brasil na retomada do ensino presencial, quando cotejado com outros

países, demonstra o tratamento negligente do governo e da sociedade no tocante à educação; b) o ensino remoto tende a ampliar o fosso de desigualdade social e impactar de forma prejudicial a economia, pelo fato de os alunos mais pobres terem sido os mais atingidos por essa medida de cunho emergencial; c) os profissionais da educação são considerados responsáveis pela demora no regresso às atividades profissionais, pois parecem mais preocupados em defender interesses corporativos do que a aprendizagem dos alunos; d) uma vez que as crianças apresentam um baixo risco de contaminação pela Covid-19 e o surto parece ter sido temporariamente controlado em meados do segundo semestre de 2021, não haveria argumentos convincentes para as escolas permanecerem fechadas. Na composição desses discursos, apelam-se para saberes de cunho objetivo (dados estatísticos e números), saberes de uma dada constatação sobre o diagnóstico da pandemia, mobilizando, ainda, argumentos de autoridade de uma representante de uma entidade não-governamental ligada ao terceiro setor.

Essas regularidades, a nosso ver, constituem verdades por meio das quais a voz que enuncia nos editoriais busca defender o ponto de vista e alcançar o apoio junto aos leitores dos jornais, por meio de relações de poder, as quais devem incidir sobre como o ensino presencial deve ser retomado, de modo a regular a conduta dos agentes públicos, docentes, discentes e famílias. No entanto, silenciam diversos problemas existentes na educação brasileira e abafam a atuação dos profissionais da educação no âmbito da pandemia, de modo a deslegitimar a multiplicidade de posicionamentos que, numa sociedade dita democrática, a imprensa deveria possibilitar. Concluímos este estudo, pontuando que os editoriais analisados estão a serviço de interesses empresariais de grandes conglomerados midiáticos, os quais se parecem estar menos preocupados com o ensino e a aprendizagem do que com as implicações econômicas do fechamento temporário das escolas.

Referências

ALFANI, Bruno. Crise na educação: mais de 2 milhões de alunos de escolas rurais passaram 2020 em casa e sem acesso digital, **O Globo**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/crise-na-educacao-dois-milhoes-de-alunos-de-escolas-rurais-passaram-2020-em-casa-sem-acesso-digital-25113166>. Acesso em: 20 ago. 2021.

ALMEIDA, Nanci Aparecida de. Introdução. In: MANFREDINI, Benedito Fúlvio (Coord.); ALMEIDA Nanci Aparecida de; MURATT, Pamela; ALCICI, Sonia

Aparecida Romeu. **Educação, tecnologia e distanciamento social**: ensaio e proposições. Lisbon International Press: Lisboa, 2021. p. 12-13.

BESSA, José Cezinaldo Rocha; OLIVEIRA, Joseilda Alves de. A construção discursiva sobre o ensino superior em editoriais de jornais de referência do Brasil, **Revista Iberoamericana de Educación**, v.27, n.2, p. 59-79, 2019. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/3277/4017>. Acesso em: 09 nov. 2021.

CAMPAGNUCCI, Fernanda. **Silêncio dos professores?** Uma interpretação sociológica sobre a “ausência” da voz docente no jornalismo educacional. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade de São Paulo: São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-09122014-112912/publico/FERNANDA_CAMPAGNUCCI.pdf. Acesso em: 14 nov. 2021.

CARMAGNANI, Anna Maria Grammatico. Linguagem e exclusão: o discurso da mídia sobre o professor e a escola, **RBLA**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 499-514, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/qhPHYzCfSzTGRksjGqPhmNc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 5/2020. **Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19**. Ministério da Educação: Brasília, 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 nov. 2021.

DALVI, Maria Amélia. Politização da educação pela direita e extrema direita: elementos para uma reflexão coletiva sobre ensino de literatura na educação básica. In: COENGA, Rosemar Eurico; GRAZIOLI, Fabiano Tadeu; COSTA, Anna Maria Ribeiro F. (Orgs). M. **Literatura infantil e juvenil**: em tempos de isolamento: a muitas mãos, como convém aos solidários. Cuiabá: Entrelinhas, 2021. p. 185-216.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEGERT, Jörg *et al.* Challenges and Burden of the Coronavirus 2019 (COVID-19) Pandemic for Child and Adolescent Mental Health: a narrative review to highlight clinical and research needs in the acute phase and the long return to normality. **Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health**, Germany, v. 14, p. 1-11, may 2020.

FOLHA DE S. PAULO. **Conheça o Grupo Folha**. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/>. Acesso em: 11 nov. 2021.

FOLHA DE S. PAULO. **Aula de desigualdade**. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/08/aula-de-desigualdade.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2021.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-250.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25. ed. Trad. Roberto Machado. São Paulo: Graal Edições, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France: (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

IVC BRASIL. **Auditorias**. 2021. Disponível em: <https://ivcbrasil.org.br/#/auditorias>. Acesso em: 11 nov. 2021.

LUNARDI, Nataly Moretzshon Silveira Simões *et al.* Aulas remotas durante a pandemia: dificuldades e estratégias utilizadas por pais, **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 2, e106662, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/GnhccHnG4mxDNdSQKDQ7ZBt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório, **Intercom-RBCC**, São Paulo, v. 39, n.1, p.39-56, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/YYXs6KPXhp8d7pRvJvnRjDR/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MENDES, Heloisa Mara; MENDONÇA, Marina Célia. Jornalismo digital em perspectiva dialógica: uma análise do gênero editorial na Folha de S. Paulo, **Revista do GEL**, São Paulo, v. 18, n.1, p. 101-128, 2021. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/2979/1923>. Acesso em: 09 nov. 2021.

MOREIRA, Marco Antonio. **Metodologia da pesquisa em Ensino**. São Paulo: Livraria da Física, 2011.

O GLOBO. **MEC precisa agir para garantir o retorno às aulas presenciais**. 2021. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/opiniao/post/mec-precisa-agir-para-garantir-o-retorno-aulas-presenciais.html>. Acesso em: 20 ago. 2021.

OLIVEIRA, Elida. Quase 40% dos alunos de escolas públicas não têm computador ou tablet em casa, aponta estudo, **G1**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/06/09/quase-40percent-dos-alunos-de-escolas-publicas-nao-tem-computador-ou-tablet-em-casa-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2021.

PUELLO-SÓCARRAS, José Francisco. Del el homo economicus al homo redemptoris: emprendimiento y nuevo neo-liberalismo. **Otra Economía**, São Leopoldo, v. 4, n. 5, p.181-2016, 2010. Disponível em:

<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/1288>.

Acesso em: 20 set. 2021.

RESENDE, Haroldo de. A educação por toda a vida como estratégia de biorregulação neoliberal. *In*: RESENDE, Haroldo de. (Org.). **Michel Foucault e a arte neoliberal de governar a educação**. São Paulo: Intermeios, 2018. p. 77-94.

RESENDE, Haroldo de. Apresentação: repensar a história da educação, pensar a política na história da educação. *In*: RESENDE, Haroldo de. (Org.). **Repensar a história da educação, pensar a política na história da educação**. São Paulo: Intermeios, 2021. p. 15-18.

RIBAS, Thiago Fortes. *Arqueologia do Saber*, uma resposta política. *In*: RESENDE, Haroldo de. (Org.). **Michel Foucault: da produção de verdades ao governo da vida**. São Paulo: Intermeios, 2021. p. 312-329.

TAVAREZ, João Vitor Tavares. Brasil atinge 50% da população completamente vacinada contra a Covid, **Correio Braziliense**, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/10/4956713-brasil-atinge-marca-de-50-da-populacao-totalmente-vacinada-contra-covid.html>. Acesso em: 10 nov. 2021.

ZERO HORA. **Aulas presenciais com segurança**. 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opinioao/noticia/2021/02/aulas-presenciais-com-seguranca-ckkswszy5o00bj017w5y24og4v.html>. Acesso em: 15 ago. 2021.

Recebido em: 16 de novembro de 2021

Aceito para publicação em 19 de janeiro de 2022